

Secretaria de Estado da Saúde do Piauí

SESAPI

Enfermeiro

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ ORTOGRAFIA OFICIAL E ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	9
■ PONTUAÇÃO	10
■ MORFOSSINTAXE	14
FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	14
PROCESSO DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	20
PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	21
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	24
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	26
■ CLASSE DE PALAVRAS	32
PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO.....	39
TEMPOS E MODOS VERBAIS.....	42
Vozes do Verbo	45
■ REDAÇÃO (CONFRONTO E RECONHECIMENTO DE FRASES CORRETAS E INCORRETAS).....	49
■ DISCURSO DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE.....	50
■ COERÊNCIA ARGUMENTATIVA E ELEMENTOS DE COESÃO TEXTUAL: REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO.....	52
■ CONECTORES E OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	57
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO	58
■ GÊNEROS TEXTUAIS	61
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	67
■ VÍCIOS DE LINGUAGEM.....	71
■ ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO E NÍVEIS DE LINGUAGEM	73
■ PROPRIEDADE VOCABULAR	75
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	87
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	87

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	115
■ ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	115
DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES.....	116
■ COMPREENSÃO E ELABORAÇÃO DA LÓGICA DAS SITUAÇÕES: FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	116
RACIOCÍNIO VERBAL	116
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	117
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	117
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL	117
■ COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO QUE, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE HIPÓTESES, CONDUZ, DE FORMA VÁLIDA, A CONCLUSÕES DETERMINADAS.....	117
■ NOÇÕES BÁSICAS DE ARITMÉTICA, PROPORCIONALIDADE E PORCENTAGEM.....	118
PROBLEMAS ENVOLVENDO REGRA DE TRÊS SIMPLES	122
CÁLCULOS DE PORCENTAGEM	123
ACRÉSCIMOS E DESCONTOS	125
CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ	129
■ HISTÓRIA E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ.....	129
■ GEOGRAFIA, ÉTICA, POLÍTICA E ECONOMIA DO ESTADO DO PIAUÍ	139
CONHECIMENTOS GERAIS.....	161
■ CONHECIMENTOS SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E LEGISLAÇÃO	161
LEI ORGÂNICA DA SAÚDE: LEIS Nº 8.080/1990 E Nº 8.142/1990.....	161
Princípios e Diretrizes do SUS: Universalidade, Equidade, Integralidade, Regionalização e Hierarquização	161
Das Disposições Finais e Transitórias.....	181
■ BASES LEGAIS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTIGOS 196 A 200)	184
■ DECRETO Nº 7508/2011	188
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012	195
■ PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017	200

■ PNAE: PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023	208
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 225	
■ ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM.....	225
■ CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL PERTINENTE – COFEN/COREN.....	231
■ LEGISLAÇÃO APLICADA À SAÚDE DO TRABALHADOR	248
■ SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	250
PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E SUAS RELAÇÕES COM OS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	250
NÍVEIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	259
DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS.....	260
PROMOÇÃO, VIGILÂNCIA E POLÍTICAS DA SAÚDE.....	263
AÇÕES E PROGRAMAS DE SAÚDE	274
■ POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO – HUMANIZASUS.....	276
■ PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES	276
■ IMUNIZAÇÃO OCUPACIONAL.....	284
■ TÉCNICAS BÁSICAS DE ENFERMAGEM.....	287
■ PROCESSAMENTO DE MATERIAL: DESCONTAMINAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO, ESTERILIZAÇÃO, CONTROLE DE QUALIDADE, VALIDAÇÃO DO PROCESSO	299
■ NOÇÕES DE FARMACOLOGIA.....	310
■ CÁLCULO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	314
■ BIOSSEGURANÇA EM SAÚDE.....	330
■ SEGURANÇA DO PACIENTE	334
■ SAÚDE LABORAL	339
■ PREVENÇÃO E CONTROLE DA INFECÇÃO RELACIONADA À ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	340
■ EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM VISTAS AO AUTOCUIDADO	342
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS.....	344
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E NO TRAUMA	352

■ SUPORTE BÁSICO DE VIDA.....	355
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL	359
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER	362
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DO IDOSO	363
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DO HOMEM	363
■ ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRANSPORTE E REMOÇÃO DO PACIENTE.....	364
■ NOÇÕES DE EPIDEMIOLOGIA	370
■ SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	372
■ ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO TRABALHADOR	376

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

HISTÓRIA E CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ

PERÍODO COLONIAL: A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ

Durante o período colonial, portugueses exploraram o território brasileiro a partir do estabelecimento das denominadas capitâncias hereditárias, extensões de terras repartidas com a finalidade de facilitar a administração e a exploração da “América Portuguesa”.

Inicialmente, em 1543, foram estabelecidas por intermédio de dom João III, rei de Portugal, 14 capitâncias hereditárias. Eram elas as capitâncias do Maranhão — dividida em duas —, do Rio Grande, do Siará — hoje, Ceará —, Espírito Santo, São Vicente, Ilhéus, São Tomé, Santo Amaro, Pernambuco, Itamaracá, Santana, Porto Seguro e Baía de Todos os Santos.

Ao longo dos séculos seguintes, a capitania do Maranhão sofreu vários desmembramentos, dando origem a novas capitâncias, como a capitania do Grão-Pará, do Xingu, do Cametá, do Cabo Norte, entre outras. Entre os anos de 1635 e 1714, as terras do atual estado do Piauí estavam sujeitas à autoridade ora de Pernambuco, ora da Bahia.

Em 1718, por meio de um decreto real, a jurisdição do território passou a pertencer à capitania do Maranhão e Grão-Pará. Em meados do século XVIII, uma política de reestruturação do estado português no Brasil foi promovida pelo marquês de Pombal, e seu objetivo principal era tornar a administração colonial mais eficaz.

Para isso, foram estabelecidos novos órgãos fiscais e foram criadas capitâncias novas, numa abordagem concreta para controlar o poder da região do Meio-Norte do Brasil, que até então estava sujeita ao autoritarismo dos proprietários de terras. Em 1758, dom José I instituiu a capitania de São José do Piauí, sendo João Pereira Caldas seu primeiro governador.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

Por formação territorial compreende-se o processo histórico de delimitação e desenvolvimento de uma determinada área geográfica, considerando sua aquisição e organização de terras, sua definição de fronteiras e administração política. Tal processo pode conter características como a colonização, migração, conquista e acordos diplomáticos, culminando na configuração atual de um território e em sua identidade. Neste material será abordada a construção histórica, ao decorrer de 400 anos, do estado do Piauí.

No século XVI, várias expedições percorreram o território do que atualmente é o Piauí, todavia, tais expedições eram passageiras, objetivando a migração entre Pernambuco e Maranhão. Foi apenas no século seguinte, XVII, que a colonização da região se tornou mais intensa, com a chegada de bandeirantes paulistas e fazendeiros baianos.

A ocupação do território piauiense decorreu da expansão pecuária, pelas condições mais propícias oferecidas pelo território se comparado com os sertões da Bahia. Dentre os fatores que se destacavam nas terras do Piauí, estão:

- a disponibilidade de terras, que foram distribuídas em grandes propriedades, sendo a maioria delas com acesso a cursos d’água e pastagens naturais perenes;
- um regime de chuvas mais abundantes e mais bem distribuído ao longo do ano;
- a facilidade de instalação das fazendas, para as quais eram necessários poucos recursos, tanto em termos de equipamentos quanto de mão de obra, uma vez que um número reduzido de pessoas era suficiente para operar com sucesso uma fazenda de criação de gado.

Até o século XVII, o Piauí era legalmente considerado “sem dono”. A partir das primeiras expedições, que começaram a explorar a região, concessões de sesmarias foram feitas. Elas eram concedidas por autoridades governamentais da Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão.

As Sesmarias

As terras do Piauí foram distribuídas em sesmarias, negligentemente, para indivíduos ricos e influentes que residiam no litoral, que as obtinha sem nenhum real esforço, mediante apenas solicitação. Para melhor compreendermos o processo de colonização do território piauiense, precisamos entender a estreita relação entre a colonização e a conquista de terras promovida pela Casa da Torre.

A Casa da Torre era uma instituição estabelecida e administrada pela família Ávila, originária da Bahia, com o propósito de financiar ações que capturavam indígenas e tomavam terras para a pecuária. Ao chegarem nas novas terras, a família Ávila as requisitava por meio das sesmarias, que normalmente abrangiam extensões de 10 a 12 léguas quadradas cada uma (Alves, 2003).

Como não tinham a capacidade de ocupar todas essas terras com o gado que possuíam, eles geralmente as distribuíam — frequentemente em lotes de uma légua — para os arrendatários dispostos a se aventurar na ocupação dessas áreas. Um dos arrendatários da família Ávila era o bandeirante português Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Afonso Sertão, responsável por liderar uma das expedições de penetração nos sertões do Piauí, tornando-se um dos primeiros colonizadores da região.

No início da década de 1670, Mafrense estabeleceu sua presença no vale do Rio Canindé e, a partir desse ponto, expandiu-se para abranger aproximadamente metade do futuro território piauiense. Fundou cerca de 30 fazendas de gado, a maioria delas situada às

margens dos rios Canindé e Piauí, confiando a administração delas aos vaqueiros (Alves, 2003). Esse período marcou o início do processo de povoamento do Piauí, no qual a atividade pecuária se tornou o modelo predominante de ocupação territorial.

De acordo com alguns registros, pouco antes da chegada de Mafrense ao Piauí, um grupo liderado pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho já havia adentrado àquelas terras, rumando para o Quilombo dos Palmares. Eles também solicitaram concessões de sesmarias em território piauiense. Há controvérsia sobre qual dos dois teria sido o primeiro colonizador do Piauí. O que se sabe, com certeza, é que ambos adquiriram vastas extensões de terra e estavam envolvidos na exploração da população indígena.

Os sesmeiros tinham o direito de escravizar indígenas e explorar a terra de forma indiscriminada. Eles podiam, ainda, ampliar seus domínios muito além do que estava estipulado na doação sem enfrentar consequências, por meio de procuradores que ocupavam posições de autoridade e agiam de forma arbitrária a beneficiá-los.

Para tentar resolver os problemas de posse de terras no Piauí envolvendo sesmeiros, indígenas e posseiros, a Coroa portuguesa emitiu uma carta régia em 1774, estabelecendo que as terras concedidas em sesmarias deveriam ter o limite de apenas três léguas. No entanto, isso não impediu a formação de latifúndios. Somente em 1795, por meio de um alvará do rei dom João VI, foi possível regularizar, até certo ponto, o problema das concessões de terras (Castro, 2006).

Dica

A palavra “piauí”, que dá nome ao estado, é formada pela combinação de dois elementos tupis: “pi”, que significa “rio” e “ai”, que indica “dali” ou “daqui”. “Piauí” pode ser traduzido como “rio daqui” ou “rio deste lado”

POVOS INDÍGENAS

No início do processo de colonização do território que viria a se tornar o estado do Piauí, os rios da região abrigavam uma grande variedade de populações indígenas. No Rio Parnaíba, encontravam-se grupos como os aroachizes, carapotangas, aroaquanguiras, precatis, cupequacas, cupicheres, aranhis, corerás, ayitetus, abetiras, beirtês, goaras, nongazes e tremembés. O rio Gurguéia era habitado pelos acroás, rodeleiros, beiçudos, bocoreimas, corsiás e lanceiros.

Os anicuás viviam no Rio Preto, enquanto a Serra de Ibiapaba era habitada pelos anassus e alongás. Os aruás residiam no Riacho São Vitor, e, na Serra do Araripe, encontravam-se os ubatês, meatans, jendois, ycos e uriús. Os arayês e acumês habitavam as cabeceiras do Piauí, enquanto os goaratizes estavam nas cabeceiras do Canindé. Nesse mesmo rio, viviam os cupinharôz, que eram considerados uma ameaça significativa para a população local (Lima, 2020).

Para estabelecer controle sobre esses territórios indígenas, os colonos da região empregaram duas políticas indigenistas: as guerras justas, que eram declaradas oficialmente contra indígenas, considerados inimigos, e os descimentos indígenas, que eram direcionados as populações nativas aliadas.

As guerras justas foram estipuladas por lei mediante a carta régia de 1655, que apontava os motivos que

justificariam ações militares contra povos indígenas, sendo eles:

- Obstrução da pregação do evangelho: as populações indígenas que se negassem a serem catequizadas por missionários cristãos se tornavam passíveis de hostilidades;
- Ataques contra súditos do rei: no caso de colonos serem atacados pelos povos nativos, uma justificativa legal era criada para a violência contra indígenas ser perpetrada, ainda que na prática a violência inicial tivesse ocorrido por meio da invasão do território, anteriormente indígena;
- Quebra de acordos de paz e amizade anteriormente firmados.

As guerras justas eram ainda divididas em duas categorias: guerra justa defensiva e guerra justa ofensiva. Nas denominadas guerras justas defensivas, o governador tinha autorização para combater indígenas que efetivamente atacassem os portugueses ou impedissem a pregação do evangelho e o movimento dos colonos no interior. Já as guerras justas ofensivas, só poderiam ser empreendidas se houvesse uma ameaça comprovada de ataque às povoações coloniais e com a autorização da coroa. Ambas deveriam ser devidamente justificadas perante o rei com base em relatórios anuais enviados pelo governador.

Os descimentos configuravam uma política estabelecida pelo Regimento de Tomé de Souza, de 1548, e consistiam em acordos firmados entre grupos indígenas e missionários. Por meio destes acordos, os indígenas concordavam em deixar suas terras e serem convertidos ao cristianismo por religiosos em aldeamentos próximos às vilas portuguesas. Além da catequese, os indígenas descidos trabalhavam para os colonos em troca de remuneração mensal por um período determinado.

A expansão colonial na região se deu através de confrontos armados e de guerras contra as comunidades nativas, objetivando assegurar aos colonizadores a posse das terras usurpadas e a expansão pecuária. Oscilando entre a condição de inimigo e aliado, as populações indígenas resistiram de todos os modos que lhes foram possíveis às investidas portuguesas.

Atenção! A diversidade de populações indígenas na região era tanta que, em 1694, o padre Miguel de Carvalho, ao visitar as fazendas de gado do Piauí, registrou cerca de 36 grupos indígenas em guerra com os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Silva, 2020).

ORGANIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O primeiro governador da capitania, João Pereira Caldas, estabeleceu a criação de diversos órgãos administrativos, imprescindíveis para uma capitania. Foram eles:

- **Secretaria de Governo:** desempenhava papel central na comunicação entre as autoridades coloniais e a metrópole, gerenciando correspondências e relatórios e auxiliando na organização e implementação de políticas, regulamentos e decisões das autoridades coloniais, contribuindo, assim, para o controle da colônia pelos portugueses;
- **Secretaria da Provedoria Real da Fazenda:** controlava as finanças públicas da colônia,

desempenhando papel fundamental na arrecadação de impostos, no registro e na gestão das receitas e despesas coloniais, bem como na fiscalização das atividades econômicas;

- **Secretaria do Almoxarifado:** era responsável pelo gerenciamento e controle das mercadorias, bens e recursos armazenados e utilizados pelo governo colonial, concentrando-se na administração de estoques, materiais e equipamentos necessários para as atividades governamentais e militares na colônia;
- **Forças Regulares:** eram as tropas militares sob o domínio português, estabelecidas nas capitâncias da colônia. Compostas por soldados regulares, tinham a responsabilidade de manter a ordem, proteger as fronteiras coloniais, defender o território contra ameaças externas e auxiliar no controle interno.

Além disso, Caldas foi o responsável pela instauração de um sistema de correio para a correspondência oficial e pela construção dos primeiros edifícios públicos. Os demais governadores da capitânia, durante o período colonial, foram Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos e Elias José Ribeiro de Carvalho.

Gonçalo Lourenço Botelho de Castro teve uma administração marcada, principalmente, pela incorporação dos bens confiscados dos jesuítas à Coroa Real e pela criação da Missão de São Gonçalo do Amarante. Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, em sua administração, construiu escolas em Oeiras, Parnaíba e Campo Maior, estabeleceu uma alfândega em Parnaíba e organizou tropas de linha e artilharia, enquanto Elias José Ribeiro de Carvalho criou um sistema de correios com o Maranhão, estabeleceu uma Vara de Juiz de Fora em Oeiras e enfrentou um plano revolucionário para derrubar seu governo (Castro, 2006).

I ECONOMIA E SOCIEDADE

O processo de colonização do Piauí resultou na extinção de diversas culturas indígenas e na criação de uma organização social, política e econômica que seguia o modelo mercantilista baseado no escravagismo. A população da capitânia, na fase inicial de colonização, era composta majoritariamente por homens, a maioria deles analfabetos, sendo indígenas, negros, mestiços e brancos.

A base estrutural da sociedade piauiense no período colonial era predominantemente rural, cabendo principalmente aos escravizados a responsabilidade pelo trabalho na área de pastoreio. Conforme registros sobre a população residente em fazendas e sítios do Piauí no final do século XVII, escravizados predominavam entre a população, representando 64,51% da população total da região. Negros compunham 74,28% desse grupo, enquanto indígenas representavam 22,85%.

Nos séculos XVII e XVIII praticamente não havia vida urbana na capitânia. A única vila que existia na região era a de Mocha, e se encontrava em condições precárias. Somente em 1762, com o estabelecimento da estrutura política e administrativa, a vila de Mocha foi elevada ao status de cidade e tornou-se a capital da Capitânia, com o nome de Oeiras.

Nesse mesmo período, várias freguesias, incluindo Valença, Marvão, Campo Maior, Parnaíba, Jerumenha e Parnaguá, foram elevadas à categoria de vilas. Essa decisão da Coroa tinha como objetivo corrigir a dispersão da população, consolidar o domínio colonial e centralizar o poder político. Entretanto, a medida não produziu os resultados desejados, pois a tendência ao grande latifúndio e a baixa taxa de urbanização persistiam, devido à prática da criação de gado.

A predominância da criação extensiva de gado resultou em uma economia direcionada principalmente para atender as demandas internas da colônia, em detrimento do crescimento da agricultura de subsistência. A infraestrutura comercial no Piauí era carente, resultado das condições climáticas desafiadoras, distribuição demográfica da população, escassez de moeda em circulação, concentração de estabelecimentos comerciais em poucas mãos e um nível técnico limitado na produção agrícola (Queiroz, 2006).

Esses fatores explicam por que a agricultura destinada ao mercado local e ao consumo interno predominou na região. Dentro desse contexto, dois produtos agrícolas que ainda mantiveram alguma relevância foram o açúcar e o fumo, apesar do cenário de estagnação na economia.

Atenção! No período colonial, durante a fase de expansão pecuária pelo interior nordestino, o curral era um estabelecimento itinerante, uma vez que para montar uma fazenda era necessário possuir o título da terra (Barbosa, 1993).

I A ESCRAVIDÃO NA CAPITANIA

Por escravidão compreende-se um sistema social, econômico e legal que normalizava a transformação de indivíduos em propriedade. A escravidão ocorrida durante a Idade Moderna, que discutimos aqui, é chamada pela historiografia de escravidão moderna, devido ao tempo histórico em que ocorreu, entre os séculos XV ao XVIII.

A escravidão moderna, diferentemente da escravidão presente na Antiguidade ou na servidão da Idade Média, a raça era um elemento central, que validava e justificava a sua prática, caracterizada pela perda total de liberdade e pelo trabalho forçado, muitas vezes em condições desumanas, sem remuneração. Os indivíduos eram frequentemente sujeitados a tratamentos brutais e com apagamento de suas histórias e ancestralidade.

No Brasil Colonial, ocorreu a consolidação da ideologia da escravidão, institucionalizada de maneira abrangente nos âmbitos político, legal e religioso. A partir do século XVIII, a mão de obra escravizada — composta por indígenas, negros e mestiços — passou a ser utilizada para finalidades econômicas nas unidades de produção da capitânia do Piauí, sujeitando-se às mesmas condições severas que caracterizavam o sistema escravagista colonial brasileiro, incluindo a presença de violência, arbitrariedade, coerção e abusos físicos e emocionais.

A Escravidão Indígena

A presença da escravidão no Piauí remonta aos primeiros estágios da colonização da região, sendo os indígenas os primeiros escravizados em terras brasileiras. Os sertanistas contratados no processo de expansão territorial da região desempenharam